

“A investigação e a inovação estão na base da produção de novas tecnologias, mas são também instrumentos para o acompanhamento, quantificação e monitorização da implementação das medidas de eficiência. O contributo do sector científico e tecnológico é indispensável para a formulação das políticas e das soluções que permitirão alcançar as metas de redução dos consumos e das emissões, mas também para apoiar o desenvolvimento económico.”

Teresa Ponce de Leão, Presidente do INEG, I.P.

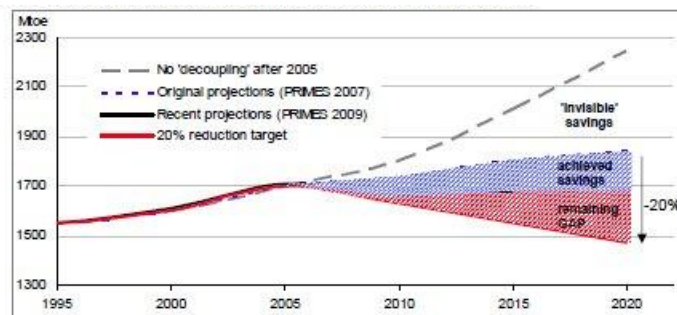


Directiva da Eficiência Energética: novo esforço para os 20% em 2020

A Comissão Europeia, tendo constatado que a meta de 20% de ganho em eficiência energética até 2020 não será alcançada com as medidas até agora implementadas, apresentou, em Março, um “Plano de Eficiência Energética 2011” [COM(2011) 109 final], cujas principais medidas se reflectem numa proposta de directiva para a Eficiência Energética [COM(2011)370]. A proposta, já em discussão, estabelece, também, regras que facilitam o funcionamento do mercado, e revoga as Directivas 2004/ 8/ EC (Cogeração) e 2006/ 32/ EC (Serviços Energéticos).

Cada Estado-Membro (EM) fica obrigado a definir, para 2020, um objectivo de eficiência expresso por um nível absoluto do seu consumo de energia primária, e a assumir um comportamento exemplar: a partir de 2014 deverá ser renovada, anualmente, 3% da área total de edifícios detidos por entidades públicas, por forma a atingir um escalão de eficiência mínimo, e só poderão ser adquiridos produtos, serviços e edifícios que satisfaçam os critérios estabelecidos.

Os distribuidores, ou as empresas de venda a retalho de energia (opção a fazer pelos EMs) deverão conseguir uma poupança anual de 1,5% face à energia vendida no ano precedente, a realizar do lado do consumidor final (exclui-se a energia usada nos transportes). Este esquema obrigatório de eficiência pode abranger, nomeadamente, as habitações de consumidores economicamente desfavorecidos, ou a habitação social, e as empresas podem contabilizar, a seu favor, as poupanças de energia certificadas, realizadas por outras entidades, bem como transferir poupanças obtidas num ano para os dois anos imediatamente seguintes, ou precedentes. Para além dos grandes consumidores, que a isso já são obrigados, deve ser incentivada a realização de auditorias nas pequenas empresas e no sector doméstico.



Development and projection of primary energy use for the EU by 2020

As disposições constantes das directivas do mercado interno da electricidade e do gás relativas à facturação e à contagem são, também, desenvolvidas: os contadores inteligentes devem permitir a leitura, em tempo real, do consumo e da electricidade recebida da rede, bem como da produzida localmente e injectada na rede, sendo os requisitos da facturação discriminados num anexo da proposta.

Cada EM deve preparar um plano que contemple o potencial da cogeração de elevada eficiência e de aquecimento e refrigeração urbana. As centrais eléctricas, novas ou renovadas, com potência superior a 20 MW, devem dispor de equipamento de cogeração e situar-se em locais que permitam a utilização dessa energia térmica. Deve ser efectuada um levantamento das instalações com mais de 50MW que queimem combustíveis fósseis para a produção de electricidade ou de calor, bem como das instalações de refinação de petróleo. Deverá, também, ser avaliado o potencial de eficiência energética das infra-estruturas de gás, electricidade e distribuição de calor e frio.

Os tarifários das redes de transporte e de distribuição de electricidade e de gás devem contemplar incentivos à eficiência na exploração e estimular os operadores a oferecer serviços energéticos que melhorem a eficiência energética. É, também, contemplada a certificação de competências técnicas de prestadores de serviços energéticos, bem como a promoção do respectivo mercado, através de contratos-modelo, selos de qualidade, etc., que facilitem o acesso das pequenas empresas a estes serviços.

Os tarifários das redes de transporte e de distribuição de electricidade e de gás devem contemplar incentivos à eficiência na exploração e estimular os operadores a oferecer serviços energéticos que melhorem a eficiência energética.

É, também, contemplada a certificação de competências técnicas de prestadores de serviços energéticos, bem como a promoção do respectivo mercado, através de contratos-modelo, selos de qualidade, etc., que facilitem o acesso das pequenas empresas a estes serviços.

Do Presidente da Direcção

Todos conhecemos o efeito que o acentuado desenvolvimento económico global está a provocar no crescimento dos consumos de energia.

Este crescimento tem como consequência imediata o aumento da pressão sobre as reservas e, consequentemente, sobre os preços dos combustíveis fósseis, que representam ainda cerca de 90% da energia primária consumida. O contínuo aumento da utilização dos combustíveis fósseis reflecte-se, por sua vez, no aumento das emissões de CO₂, cujo valor se pretende limitar para reduzir os eventuais impactos sobre o clima.

A Agência Internacional da Energia (IEA) estabeleceu vários cenários de evolução a longo prazo do sector de energia, tendo em vista assegurar uma concentração de CO₂ na atmosfera não superior a 450 ppm. Nestes cenários a eficiência energética no consumo assume um papel determinante devendo ser responsável em cerca de 50% pela redução das emissões necessárias face ao cenário de referência.

A eficiência energética tem enormes benefícios. Para um país como Portugal, importador de produtos petrolíferos, a eficiência energética reduz as importações contribuindo para o equilíbrio da balança comercial, ao mesmo tempo que reduz a exposição à evolução e à volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis. Adicionalmente, contribui para reduzir o impacto ambiental associado à queima dos combustíveis e as necessidades de investimento no sector, libertando capital para outras áreas produtivas.

Para além dos efeitos positivos sobre a economia nacional, a eficiência energética melhora a competitividade das empresas e das famílias e desta forma a competitividade da economia.

(continua) →



Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico (ICESD)

Estão disponíveis, nos *sítes* da DGEG e do INE, os resultados do Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico, realizado em 2010, que abangeu o Continente e as Regiões Autónomas. Desde 1996, data do anterior inquérito, que se não dispunha de dados desagregados deste sector. O ICESD resultou da colaboração entre a Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo sido co-financiado pela Comissão Europeia (EUROSTAT).

O consumo total de energia do sector doméstico foi de 5 762 899 tep, ou 1,47 tep/ alojamento, incluindo-se nestes valores o consumo de energia nos veículos de transporte individual dos residentes, que representa 51% do total.

Ao nível do alojamento (sem transportes) a electricidade, com 44%, assume-se como a principal fonte de energia, verificando-se uma forte redução do peso das lenhas no consumo (24% contra 42% na anterior edição deste inquérito). No que respeita às utilizações domésticas da energia, a cozinha continua a ter o maior peso, representando cerca de 37% do consumo.

World Energy Leaders Summit , Rio de Janeiro

Realizou-se, a 15 de Setembro, no Rio de Janeiro, a terceira edição do World Energy Leaders Summit (WELS) promovida pelo WEC e organizada em parceria com o Comité Brasileiro do WEC. O evento, patrocinado pela Petrobrás e Electrobrás, permitiu que líderes de empresas energéticas de todo o mundo se empenhassem num diálogo de alto nível sobre questões, actuais e emergentes, sob o tema “2011, Um ano de mudança para a indústria da energia?”

Pierre Gadonneix, Presidente do WEC, destacou a importância desta reunião, numa época de constante mudança, para abordar os desafios de longo prazo do sector energético: segurança energética, protecção climática e combate à pobreza energética. Convidou os participantes a observar o mundo da energia para além do “ruído” das notícias diárias, e reiterou a necessidade do sector criar um sistema de governação para fazer face aos objectivos de longo prazo e contribuir para o crescimento global sustentado.

Além da sessão plenária, a Cimeira contou com diversas de Mesas Redondas temáticas centradas em questões-chave para a actual agenda energética global. Pierre Audinet, economista sénior do World Bank e Manuel Ferreira de Oliveira, CEO da Galp Energia participaram na sessão dedicada à discussão do “Financiamento de Futuras Infra-Estruturas Energéticas”. Na sua apresentação, Manuel Ferreira de Oliveira analisou o financiamento da actividade de exploração em ambientes de elevada volatilidade e a importância estratégica de uma gestão articulada dos três principais riscos envolvidos: risco político, risco económico e risco geológico.

O evento realizou-se no emblemático “Palácio da Cidade”, tendo como anfitriões Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia do Brasil, Eduardo Paes, Presidente da Câmara do Rio de Janeiro, Pierre Gadonneix, e Christoph Frei, Presidente e Secretário-Geral do WEC, respectivamente, tendo estado também presente o Ministro de Energia e Minas da Argélia, Youcef Yousfi.

Eleitos novos Órgãos Associativos

Decorreu no Dia 7 de Julho de 2011 a Assembleia Geral Eleitoral da Associação Portuguesa de Energia (APE), para eleição dos Órgãos Associativos para o período 2011/ 2014.

A lista colocada à consideração da Assembleia foi aprovada por unanimidade, tendo os novos Órgãos Associativos tomado posse no dia 8 de Julho.

A respectiva constituição poderá ser consultada no website da Associação.

WEC Executive Assembly

Realizou-se de 21 a 24 de Novembro a Assembleia Executiva do Conselho Mundial de Energia, em Oran, na Argélia.

Como habitualmente realizaram-se diversas reuniões específicas, além da Assembleia Geral Plenária, nomeadamente as reuniões de Secretários Executivos e de Presidentes dos comités membros.

A APE fez-se representar pelos seus Presidente e Secretário Executivo.

Do Presidente da Direcção (cont.)

A implementação de medidas de eficiência energética requer duas componentes fundamentais: uma comportamental e outra tecnológica.

A primeira tem a ver com a consciencialização de todos para a necessidade e para as vantagens de ser eficiente, consciencialização essa que tem crescido de forma muito acentuada como resultado do esforço das entidades oficiais dedicadas a este problema, nomeadamente a ADENE e a ERSE, com o apoio de muitas empresas do sector.

A segunda tem a ver com a possibilidade de ter acesso às tecnologias mais eficientes, o que requer investimento. Neste particular, o papel das empresas de serviços de energia poderá ser determinante, numa altura em que o acesso a financiamento é uma restrição importante.

Julgo que em ambos os aspectos estamos a evoluir rapidamente e de forma muito positiva. Pensamos mesmo que, apesar de todas as dificuldades e restrições financeiras que o país atravessa, o apoio à implementação de medidas de eficiência energética deverá ser uma prioridade.

A eficiência energética só tem aspectos positivos e pode ser um instrumento fundamental para a melhoria da competitividade da energia.

Jorge Cruz Morais